



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682560 - CE (2021/0233697-3)

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : JULIO CESAR DA SILVA ALCANTARA FILHO  
**ADVOGADO** : JÚLIO CÉSAR DA SILVA ALCÂNTARA FILHO - CE042160  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : RAFAEL ROCHA DE SOUSA (PRESO)  
**CORRÉU** : TIAGO AGUIAR DE SOUZA  
**CORRÉU** : CARLOS HENRIQUE DA SILVA FERREIRA  
**CORRÉU** : ANTONIO WALISSON FELIPE DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ASSIS NUNES DA SILVA  
**CORRÉU** : FRANCISCO EDERSON SAMPAIO UCHOA  
**CORRÉU** : PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE LIMA  
**CORRÉU** : EDGAR DE ABREU BRAGA  
**CORRÉU** : EDINARDO DE ABREU BRAGA  
**CORRÉU** : ELENILSON GERMANO BEVILAQUA  
**CORRÉU** : ISRAEL DA SILVA ANDRADE  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL ROCHA DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

O paciente foi pronunciado por suposta prática dos crimes tipificados no art.121, §2º, I e IV (quatro vezes) c/c art. 29 e art. 70 do Código Penal; art. 244-B, §2º do ECA; art. 2º, §§2º e 4º, I e IV da Lei 12.850/13; art. 1º, I, "a" c/c §4º, II da Lei n. 9.455/1997 (cinco vezes) c/c art. 70 do CP; e art. 212 do CP, todos combinados com o art.69 do Código Penal, sendo mantida sua prisão preventiva como garantia da ordem pública.

O impetrante defende a ocorrência de constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo para o julgamento da apelação, interposta há quase dois anos.

Sustenta a ilegalidade da segregação cautelar, também por excesso de prazo, haja vista que o paciente estaria preso preventivamente há aproximadamente 4 anos.

Destaca a ausência de motivação idônea para a manutenção da prisão, salientando que o paciente é primário, possui bons antecedentes e residência fixa, bem como a suficiência das medidas cautelares alternativas para assegurar a aplicação da lei penal.

Requer, liminarmente, seja permitido ao paciente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicitem-se informações atualizadas, por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,

**sobretudo acerca do andamento do recurso objeto deste *habeas corpus*, bem como sobre a atual situação prisional do paciente.**

Publique-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência